



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

DeSouza, Eros; Baldwin, John R.; Rosa, Francisco Heitor da
A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 13, núm. 3, 2000, pp. 485-496
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18813316>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos

Eros DeSouza¹

John R. Baldwin

Illinois State University - EUA

Francisco Heitor da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Esta revisão é uma tentativa de produzir uma representação holística, mas não exaustiva, dos papéis sexuais. Começamos traçando o papel histórico-político das mulheres do Brasil Colonial até o movimento feminista. Discutimos três questões correntes: planejamento familiar, creches e violência contra a mulher. A seguir, examinamos o machismo e o marianismo. Finalmente, discutimos os avanços que as mulheres fizeram no Brasil (desde a Constituição de 1988), chamando a atenção para uma questão que tem sido grandemente ignorada: o assédio sexual.

Palavras-chave: Discriminação; poder; papéis de gênero; assédio sexual.

Feminine Sex-Roles Social Construction

Abstract

This review is an attempt to provide a holistic, but by no means exhaustive, picture of gender roles in Brazil. We begin by tracing the historical-political role of women from colonial Brazil through the modern women's movement, highlighting three issues: family planning, child care, and violence against women. Next, we examine the cultural concepts of machismo and marianismo. Finally, we discuss the strides women have made in Brazil in the last decade (since the Constitution of 1988), drawing attention to one issue that has been largely ignored: sexual harassment.

Keywords: Discrimination; power; gender roles; sexual harassment.

“Quando meu marido me bateu e eu fui para a polícia, me disseram que não havia nada que eu pudesse fazer. Parece haver nenhuma proteção para as mulheres, especialmente em áreas rurais. As mulheres não podem viver sem as mulheres e ainda assim eles nos tratam como se não fossem mulheres. Elas não têm uma boa educação, que elas estudem para que não passem a vida inteira passando agora. Também quero encontrar trabalho.” (Maria dos Anjos, mulher de classe baixa, em “Flight”, 1995, p. 46)

Um novo entendimento sobre as mudanças sociais é necessário porque as contribuições femininas e os direitos femininos têm sido um tema central nos papéis sociais, econômicos e políticos mundialmente (World's Women, 1995). Nós propomos que é preciso que se aplique este foco também no Brasil e que essa análise seja

comunidade cada vez mais plausível. A economia globalizada e a tecnologia (ex., televisão por satélite, Internet, transporte mundial) que nos conecta a grandes distâncias (DeSouza, 1998). Essa situação de opressão do sexismo parece mudar.

que somente combinando pontos de vista de diferentes disciplinas e culturas seríamos capazes de obter uma visão completa e mais exata do sexismo.

Para facilitar nossa análise, este artigo é estruturado em três seções. A primeira seção fornece uma perspectiva histórico-política sobre o papel das mulheres no Brasil, incluindo três questões atuais que emergiram do movimento feminista: planejamento familiar, creches e violência contra mulheres. A segunda seção examina as normas culturais do machismo e marianismo no Brasil, enquanto fornecedora de uma visão explicativa útil, através da qual podemos analisar a história. A terceira seção discute os avanços que as mulheres obtiveram recentemente, chamando a atenção para uma questão que tem sido amplamente negligenciada na literatura existente: o assédio sexual. Finalmente, oferecemos sugestões para futuras pesquisas.

Um Olhar Histórico Sobre o Papel das Mulheres no Brasil

O tema principal das relações de gênero durante a colonização é a miscigenação. A grande maioria dos colonizadores portugueses que se estabeleceram no Brasil foi de homens que tomaram a terra e as mulheres pela força. Eles mantiveram relações sexuais, primeiro com mulheres indígenas e, depois, com escravas africanas, produzindo uma elevada miscigenação (van den Berghe, 1967). A escassez de mulheres portuguesas conferiu aos homens a licenciosidade sexual (Burns, 1993), aumentada pelo fato de que os colonizadores portugueses não estavam sujeitos nem ao fervor católico dos espanhóis, nem à inibição pudica dos protestantes ingleses (Levine, 1989). Portanto, os homens portugueses mantiveram relações sexuais com mulheres africanas, que eram vistas primeiramente em dois papéis: como trabalhadoras e como objetos sexuais.

Quando as mulheres brancas chegaram durante a era Colonial, elas mantiveram o arquétipo do modelo de

patriarcal que tinha excluído as mulheres. O modelo de alta enfraqueceu-se: tornou-se de bom tom a presença de mulheres nas ruas e sua posição melhor no mercado de trabalho (da Costa, 1985). Pôde-se observar a luta por direitos no campo do trabalho, da educação e da política, áreas tipicamente dominadas por homens.

Na virada do século, as mulheres ganharam espaço em ferrovias, nas atividades telegráficas, na enfermagem e secretariado, e na área de educação (Levine, 1993, Hahner, 1990). De 1872 a 1900, as mulheres foram professoras nas escolas primárias dobrando sua participação para dois terços, pois o magistério era considerado o mais natural do papel das mulheres como mães, mantendo o arquétipo do modelo de família. A presença das mulheres nesta profissão resultou na profissionalização dos educadores (Hahner, 1990).

Assembléias de mulheres levantaram questões pertinentes às mulheres como mães, mães solteiras, tais como licença-maternidade, horas de trabalho e condições de trabalho (Conniff & Meehan, 1990). Entretanto as reformas propostas excluíam as mulheres da classe operária. Porém, a Constituição de 1850 proibiu que as mulheres participassem sem a permissão de seus maridos (Graham, 1989) nota que as mulheres ocupavam posições econômicas proeminentes no Brasil durante o século XIX. Velha; as carreiras femininas não deveriam ser interrompidas além dos problemas do coração” e “seu papel (ser) limitado ao de filha, esposa e mãe” (Graham, 1989, p. 51). O folclorista brasileiro Alexandro de Moraes Filho ecoava o sentimento do momento: “Ser mãe, mulher e virgem — Este é o objetivo da vida, nada mais!” (Hahner, 1990, p. 53).

As mulheres tornaram-se pioneiras no movimento político, na força de trabalho, na educação e nas condições de trabalho fossem terríveis e desumanas. Por exemplo, mulheres não tinham acesso a

opiniões, embora elas ainda não tivessem ganho o direito ao voto. Através deste partido, as mulheres lutavam por sua emancipação, incluindo a representação no setor de prestação de serviços e no sufrágio feminino (Hahner, 1990). Logo após as mulheres terem ganho o direito de voto, no ano 1932, o Presidente Getúlio Vargas fechou o Congresso, tornou os partidos políticos ilegais e suspendeu os direitos de voto em nível nacional, “terminando com a política eleitoral e com a participação das mulheres até 1945” (Hahner, 1990, p. 174). Apesar do retorno da democracia ao Brasil depois disto, e mesmo após o golpe militar de 1964, o movimento feminista fez pouco progresso, até o início dos anos 70.

O Movimento Feminino desde 1970

Nos anos 70, um “novo movimento feminista” emergiu no Brasil (Hahner, 1990). O *Zeitgeist* (espírito dos tempos) era propício para um grande avanço: foi na metade dos anos 70 que “as mulheres de classe média, de nível universitário, e mulheres pobres, sem educação, organizaram movimentos para que suas reivindicações políticas feministas fossem incluídas no sistema político brasileiro” (Alvarez, 1989, p. 205). No mínimo três influências parecem agir para criar esta conjuntura histórica.

Primeiro, no sentido político, a ditadura militar estava mostrando sinais de fraqueza. Começando em 1975, durante a presidência de Ernesto Geisel, começou a abertura, permitindo mais liberdade ao movimento político, com as feministas dando seu apoio à oposição (Alvarez, 1989). As forças políticas estrangeiras também tiveram um impacto positivo sobre o movimento das mulheres, enquanto que as Nações Unidas, em um esforço para acabar com a desigualdade entre os sexos, apoiou o Dia Internacional da Mulher. Geisel permitiu que as mulheres realizassem encontros, demonstrações e conferências para comemorar este dia. Alvarez (1989) assinala esta ocasião, em 1975, como sendo o nascimento

homens e mulheres brasileiros (cerca de 663.000 homens e 663.000 mulheres).

Atualmente, a maioria das mulheres trabalham para ajudar a sustentar a família, com 51% da força de trabalho e 40% registradas (Rabay, 1996). Porém, havendo) uma grande discrepância na comparação aos homens, sendo que nas profissões bem remuneradas, há uma grande diferença entre mulheres e homens (Neuhouser, 1989).

Terceiro, houve uma mudança na Igreja católica, tendo esta, nos séculos, tomado uma nova postura. Nos anos 70, voltando-se às necessidades dos oprimidos. Ou seja, os trabalhadores e os pobres começaram a ser ouvidos, e em alguns casos, foram eles se dirigiram à elite e a Igreja. Formaram grupos comunitários, igrejas eclesiais de base, ou CEBs, que dedicavam-se à ação social e frequentemente eram lideradas por mulheres (Neuhouser, 1989). As religiões forneceram força libertadora, especialmente entre as pobres, com a de papéis positivos (p. ex., mães) e a falta de poder que elas exerciam (Larch, 1982). Neuhouser (1989) concede às mulheres uma liberdade de posse espiritual: “uma liberdade ‘livre’ para desobedecer seu controle dele conflituam com aqueles das duas religiões reformulam o mundo dar um lugar libertador à mulher e aconselhamento.

Os fatores acima ajudaram

Ou seja, cada uma destas questões é uma reação ao posicionamento histórico da mulher na família brasileira. “A família, óbvia e abstratamente ... tornou-se o alicerce do novo regime autoritário no Brasil, funcionando freqüentemente como um baluarte do conservadorismo na América Latina” (Alvarez, 1989, p. 214).

Planejamento familiar. A primeira questão a ganhar grande atenção política na história recente foi o planejamento familiar. Historicamente, o Brasil tem sido um país que se opõe a qualquer tipo de controle de natalidade. Isso começou a mudar em 1978, quando o presidente Geisel sugeriu que o governo se responsabilizasse em fornecer os meios para o controle de natalidade. Algumas medidas de planejamento familiar foram instituídas, com a abertura de várias clínicas de cuidados materno-infantil, em Brasília, para distribuir pílulas anticoncepcionais para mulheres indigentes (Alvarez, 1989). Subseqüentemente, a taxa de natalidade caiu dramaticamente em Brasília. A taxa total de fertilidade reduziu-se de 5,76 em 1970 (IBGE, 1984) para 3,38 em 1989 (UNICEF, 1990). Em 1986, 71% de todas as mulheres brasileiras em idade fértil usavam algum tipo de contraceptivo; destas, 44,4% foram esterilizadas e 41% usava pílulas para controle de natalidade (Berquo, 1989).

Aconteceu uma batalha entre os grupos pró-natalista e pró-controlista sobre a distribuição de pílulas anticoncepcionais, uma batalha não simplesmente relacionada a gênero ou a escolha, mas a economia e a raça. Por exemplo, esterilização forçada ou a distribuição indiscriminada de pílulas anticoncepcionais foi mais freqüentemente direcionada às populações pobres e às não-brancas (Alvarez, 1989; Berquo, 1989). As feministas opuseram-se à separação da saúde sexual de outros aspectos da saúde feminina. As feministas contribuíram com o aumento da consciência para o debate sobre o planejamento familiar, através de sucessivos acordos do *IV Congresso Feminista Nacional* (São Paulo, Julho de 1984) e o *I Encontro Nacional sobre a Saúde da Mulher* (Itapicirica de São Paulo, Junho de 1988).

cuidar os filhos das trabalhadoras — Alvarez (1989) descreve este esforço em que a manutenção de creches por emprego de 30 funcionárias tem sido mantida pela prefeitura, mas não tem sido fortemente reforçada. No início dos anos 70, grupos comunitários pressionaram fundos governamentais locais para creches. No *I Congresso Feminino de São Paulo*, em 1978, surgiu um movimento para obter creches gratuitas para as mulheres trabalhadoras. O movimento explodiu, com dúzias de manifestos enviados ao governo estadual, com sucesso. Reinhold, o novo prefeito de São Paulo, em 1979, deu o lugar central em sua plataforma política, prometendo construir um total de 83 creches. No entanto, disto, estas creches deveriam ser parcialmente sustentadas e administradas diretamente pelo governo para garantir controle e qualidade do serviço. No fim, ele só construiu 141 creches e não conseguiu politicamente apontando previamente todas as creches a serem construídas” (Alvarez, 1989).

Sob uma nova administração da prefeitura, a crise de débito nacional de 1982 afetou a educação, e a educação passou de mal a pior. As creches receberam fundos municipais parciais e eram administradas por agências privadas, o que os grupos feministas consideravam “excluía a participação da comunidade nas decisões das creches — uma exigência fundamental desde sua fundação” (Alvarez, 1989). Os partidos políticos tentaram encampar o controle das creches. Finalmente, “tudo o que restou de base anteriormente maciço e unificado foi a criação de grupos de creches comunitárias” (p. 100), quando as mulheres foram necessárias para o trabalho, as creches foram criadas (Santana, 1996), mas quando apareceu a crise econômica, custar ao sistema capitalista, foram abandonadas.

Tendo em vista o esfacelamento do

Violência contra a mulher. O Brasil ainda permanece uma sociedade profundamente patriarcal, onde crimes cometidos contra mulheres são comuns. Entre Janeiro de 1991 e Agosto de 1992 foram registrados 205.219 casos de violência contra a mulher no Brasil (Neto, 1996). Contudo, alguns acreditam que a maioria dos crimes contra a mulher não são sequer registrados devido à falta de punição aos agressores (Americas Watch, 1991). Especificamente, a ineficiência e inadequação geral do sistema judiciário brasileiro, formada por uma mistura de preconceito e incompetência óbvia por parte da polícia faz com que as mulheres não procurem justiça.

Esta impunidade baseia-se em três fatores, no mínimo: 1) os agressores têm sido absolvidos com base na “defesa da honra”; isto é, um homem pode ser levado a matar a companheira infiel por ela ter insultado sua honra (Brooke, 1982). Embora a defesa da honra não seja mais empregada em nível federal, Americas Watch (1991) nota que, em nível estadual, a defesa da honra ganhou aproximadamente 80% das causas. 2) Há problemas na linguagem da lei em si. Os códigos são restritivos em termos de suas definições de estupro, agressão e assim por diante (Americas Watch, 1991; Thomas & Beasley, 1993). Por exemplo, o estupro consiste somente na penetração vaginal com ameaça de violência à mulher; e, até o código mais recente, a mulher deveria ser virgem, para que o caso fosse levado adiante. Além disto, se o agressor fosse o marido, ele poderia ser visto como se estivesse simplesmente forçando “relações conjugais”, o que constituiria um “problema privado” (Thomas & Beasley, 1993). 3) A polícia não lida adequadamente com os casos que são relatados (Americas Watch, 1991).

Vários protestos fizeram que o governo federal implantasse Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), completamente atendida por mulheres e para mulheres. Estas delegacias tinham seus próprios problemas: horário de funcionamento e localizações limitados, escassez de médicos legistas para determinar abuso sexual, falta de

muitas localidades, faz com que muitos casos sejam “arquivados e esquecidos” (p. 22).

Não deveríamos rejeitar as Delegacias, do SOS Mulher, apenas porque não reduzem a violência. Estatísticas pessoais com o Centro da Mulher mostram uma tendência de diminuir os casos de violência violentos contra a mulher (ex.: taxa de morte) de 1994 a 1996. Mas existem fatores para se estimar que a violência não diminuiu além da taxa de julgamentos, talvez porque milhares de mulheres a cada ano não procuram a justiça. É o surgimento de abrigos para mulheres. Também, a nova Constituição, a legalização de legislação específica sobre abusos, não somente contra a mulher, mas também crianças e idosos” (Verucci, 1996). Sejam feitos progressos em termos de punição com o propósito de reduzir a violência.

A Construção Social dos Saberes

A discussão prévia sobre a construção social da violência revela que as afirmações feitas sobre a violência com relação à defesa da honra, com a infidelidade do marido, e a necessidade de matar seu marido para defender a honra, pode ser causado por uma visão patriarcal. Uma afirmação de Lopes de Carvalho (1996) na Vara de Família no Brasil:

“Quando um homem violenta uma mulher por causa de um desejo fútil, ou o fundamento da sua honra, ou a honra da mulher, ou o fundamento da sua honra, ao contrário, afeta a estabilidade da mulher é mais sério, não é apenas porque a causa, mas também porque feriu a honra da mulher e a lei mais profundamente. Há muitas crianças estranhas dentro do lar” (p. 22).

matrimoniais com mulheres solteiras ou com escravas e prostitutas” (Araújo, 1993, p. 231). Portanto, se uma mulher comete um crime contra a família ou a cultura (ex.: adultério), acredita-se que ela mereça seu castigo, seja ele violência sexual ou assassinato, e que os homens que cometem adultério estão somente expressando sua masculinidade natural. 2) Embora muito relacionado ao primeiro, a sexualidade feminina é construída para ser subordinada às necessidades do marido. O homem é visto tipicamente como o provedor, aquele que sustenta a família, o representante legal e assim por diante (Americas Watch, 1991; Barker & Lowenstein, 1997). As instituições sociais muitas vezes têm agido de maneira a negar às mulheres o direito de exercer seu poder publicamente.

Machismo e o Modelo de Maria (Marianismo)

Os papéis de gênero condizem com interpretações tradicionais do Brasil como tendo uma cultura machista. Muitos tentaram resumir o machismo como ele aparece no mundo latino. Especialmente em termos do mundo hispânico no hemisfério ocidental, o machismo tem sido descrito como uma norma cultural que engloba todas as características que são verdadeiramente “masculinas”. Muitos descreveram o machismo em termos de indiferença a família, distanciamento dos filhos, resistência à adversidades, assédio sexual, capacidade de beber muito, agressividade contra outros homens, dominação em relação às mulheres. De la Cencela (1986) afirma que “o machismo é um conjunto de condutas — construídas, aprendidas, e reforçadas culturalmente — que encerra o conteúdo dos papéis de gênero masculino na sociedade latina” (p. 291). Outros concordam que cada cultura constrói discursos específicos de masculinidade — ideologias masculinas, por fala, por mídia, por música e literatura popular, e por lei (e.g., Foucault, 1978).

No contexto brasileiro, diz-se que o machismo glorifica a hipermasculinidade. Na verdade, o machismo

submissa aos homens, e que é uma *brasilidade* (Neuhouser, 1989). Pescatello (1973) descreve a cultura brasileira como um “ideal paterfamilias” (p. 56). A versão brasileira do marianismo é a descrição da castidade e da dedicação à Virgem Maria (Stevens, 1973) encontrada em países latinos, onde o marianismo é “extrema feminilidade, passividade e submissão” (González, 1982, p. 331); o marianismo é chamado de “síndrome da mulher azucarada” (Lara-Cantú & Navarro-Arias, 1987, p. 10). Priore (1993) conecta esta construção com as coloniais, quando a sexualidade da mulher era controlada pela escravidão e pelo “projeto nacional da Metrópole” (p. 26). Estas forças sociais contribuíram para: “o longo processo de construção da mulher no sentido de torná-la responsável pela família, o casamento e a procriação, na imagem da mãezinha” (p. 26). A imagem desta “santa mãezinha” à pureza da Virgem Maria — “provida, dedicada e assexuada” (p. 18).

Algumas pessoas desafiaram esta visão do machismo e do marianismo, sugerindo a desconstrução de estereótipos negativos da sexualidade (e.g., 1982; Sorenson & Siegel, 1992). Eles desafiaram o machismo para vinculá-lo a aspectos positivos como “cavalheirismo”, tais como educação, respeito, estima. Mirandé (1985) filtra os aspectos positivos do machismo, tais como a covardia, a vergonha e embriaguez, e, ao invés disso, vê o machismo como “o orgulho, a dignidade e a tenacidade” (p. 179). O mexicano, já que ele resistiu ao ataque violento econômico, político e cultural” (p. 179). Mirandé fala que a noção tradicional do machismo é um mito estereotipado, apoiando esta afirmação com estatísticas mostrando que decisões nos países latino-americanos são mais igualitárias do que nos lares americanos brancos. No Brasil, homens jovens e

mulheres fortes e masculinas. Contudo, através de análises comparativas de líderes em outras regiões, ela conclui que a força das mulheres da Paraíba não pode ser considerada causa do índice proporcionalmente alto de líderes sindicais, optando pela proposição de que os papéis destas mulheres como mães, cuidadoras e professoras (em um campo onde poucos homens lêem e escrevem bem), ajudou-as a obter poder. As mulheres poderiam estar ocupando as posições de liderança com base em velhas imagens estereotipadas – ou arquetípicas – das mulheres; mas é nestas imagens – mãe, professora – que as mulheres são providas de poder. Os homens cedem a liderança dos aspectos de criação e educação às mulheres. Com o passar do tempo, contudo, o “aprendiz [vem] a tornar-se um mestre” (p.12): as mulheres acabam com mais poder do que os homens haviam proposto.

A manifestação exata do machismo e do marianismo no Brasil ainda precisa de mais investigação. Casas, Wagenheim e Mendoza-Romero (1995) sugerem que a pesquisa revela uma similaridade do machismo na maior parte do mundo; por exemplo, até mesmo seus elementos menos picantes, tais como duplo padrão sexual, pode claramente ser visto nas universidades americanas, onde mulheres com múltiplos parceiros masculinos são chamadas de “*sluts*” (prostitutas), enquanto homens com múltiplas parceiras são chamados de “*studs*” (ganhões). Isto é evidenciado por nosso conhecimento pessoal de universidades americanas, nas quais dizem que os homens que retornam de madrugada dos dormitórios femininos estão caminhando na “*walk of fame*” (calçada da fama), enquanto que as mulheres que retornam dos dormitórios masculinos estão caminhando na “*walk of shame*” (calçada da vergonha).

Arazola e Rocha (1996), em vez de falar em termos de machismo, falam sobre o espaço público e privado no Brasil. O espaço público é “tipicamente masculino”. É “o espaço da produção social”, incluindo educação, trabalho, política e literatura. O lar é tradicionalmente o

mulheres (Pescatello, 1973; S... os papéis de gênero estão mudando com a industrialização e urbanização. Os jovens de classe média tendem a abandonar a idéia de que as mulheres devem subjugar aos homens (Miller,

A Complicação nos Papéis

Possivelmente ligadas à industrialização formal, também existem diferenças na relação aos papéis de gênero em diferentes setores, tais como urbano/rural, e até mesmo entre pessoas de diferentes níveis de curso superior e aqueles que não. A “grande transformação” aconteceu entre a classe média, enquanto as mulheres sofriam o peso da opressão (p. 157). O trabalho mais duro do que os homens, e as grandes restrições sobre sua liberdade. O rural tende a ter visões mais tradicionais de gênero, do que as visões mais liberais da classe média e, especialmente, dos urbanos. Muitas mulheres entrevistadas sentiam que os homens “têm as melhores posições e os privilégios de todos” (p. 112). Algumas percebiam mais variedade sexual e mais liberdade de si mesmo”, o que se ligava ao fato de que os homens têm uma vida melhor.

Dependendo da classe e do contexto, a pesquisa de (1983) acha que alguns homens têm mais liberdade que as mulheres. Mas, acima de tudo, a liberdade em qualquer outro lugar, a menos que sejam disponíveis para as mulheres, são as mesmas àquelas que são oferecidas aos homens. Isto é evidenciado por análises de atividades usadas no dia-a-dia: uma distinção clara entre a atividade masculina e a passiva.

no Brasil, como no México, o machão continua a exercitar o poder de sua virilidade com qualquer indivíduo feminino, bicha ou homossexual masculino afeminado (DeSouza, Madrigal & Millan, 1999; Mendes-Leite, 1993). Em outras palavras, desde que o macho mantenha sua atividade (ex.: seja a pessoa ativa ou penetrador, não o penetrado), ele não é visto como um homossexual no Brasil, enquanto que nos Estados Unidos os homens somente são “machos” se suas “conquistas” são mulheres (Parker, 1993).

Diferentes grupos étnicos ou raciais podem também ver os papéis de gênero diferentemente. Muraro (1992) entende que a posição das mulheres negras na favelas é bastante diferente culturalmente do que a das mulheres brancas; as primeiras são menos dependentes dos homens para criar os filhos e são mais sexualmente permissivas do que as últimas. Ao mesmo tempo, Freitas (1996) argumenta que a posição econômica das mulheres negras não mudou muito desde os dias de escravidão; ou seja, as mulheres negras têm menos educação formal e tendem a ter empregos que pagam consideravelmente menos, tais como empregos na indústria ou como empregadas domésticas. Por um lado, devemos ser cuidadosos para não generalizar demais os papéis de gênero dos negros. Hall (1992) sugere que falar sobre grupos étnicos em termos de generalidades esconde a diferença entre segmentos de um grupo. Por outro lado, Muraro (1992) argumenta que o corpo feminino liga todas as mulheres: “Na última instância, que os nossos corpos são a máquina que faz o sistema funcionar, e nossa sexualidade, o seu combustível. E a família, a sua fábrica” (p. 158).

Sexualidade e Papéis de Gênero: Estudos Empíricos

Ultimamente vários estudos empíricos têm examinado as normas culturais dos duplos padrões sexuais. Por exemplo, DeSouza e Hutz (1995) examinaram a relação entre reação emocional a estímulos sexuais e papéis de gênero entre 184 universitários brasileiros. Eles

não) e havia aceitado o convite de um homem para ir ao seu apartamento (ou não). DeSouza e Hutz descobriram que os brasileiros, independentemente dos participantes, mostraram maior intenção sexual da parte da personagem em todas as quatro situações. Os autores concluíram que os brasileiros eram mais estereotipados e mais heterossexuais que os americanos.

Em outro estudo comparando brasileiros e americanos (DeSouza & Hutz, 1995), foi evidente, através de dados qualitativos e quantitativos, que os respondentes americanos e brasileiros tinham concepções divergentes a respeito de como o encontro heterossexual hipotético poderia ser percebido em dois contextos preliminares: se a resistência consistente ou inconsistente por parte da mulher ou do homem feminino com relação aos avanços sexuais era percebida. Os respondentes brasileiros inferiam que a resistência consensual era um resultado natural de uma resistência inconsistente, ao contrário do que ocorreu com a resistência consistente, ao passo que os americanos encontraram um padrão semelhante. No Brasil alguns respondentes inferiram que as mulheres fazem-se de difíceis para obter o que chamadas de “*fáceis*”. Ainda, os brasileiros mostraram maior interesse sexual da parte da mulher do que os americanos. Portanto, de acordo com o padrão cultural brasileiro, quando um homem faz avanços sexuais e a mulher não mostra uma resistência forte e consistente, ela está concordando com a relação.

Estas pesquisas sugerem que o Brasil tem uma cultura diferente do que os Estados Unidos. Esta diferença pode influenciar relações sociais e a comunicação no trabalho. Portanto é provável que a sexualidade seja percebido diferentemente no Brasil e nos Estados Unidos.

Novos Rumos para as Questões da

Neste momento, um debate controverso no Brasil diz respeito a considerar ou não o assédio sexual como crime.

Nos Estados Unidos, a maioria das políticas e definições legais de assédio sexual é formulada de acordo com as diretrizes da *Equal Employment Opportunity Commission* (EEOC – Comissão para uma Igual Oportunidade de Empregos), a qual define assédio sexual como um *comportamento sexual indesejável*; existem duas formas básicas de tal comportamento: (1) *quid pro quo* e (2) ambiente hostil (EEOC, 1980). A primeira forma refere-se a ofertas de compensações ou ameaças para se obter envolvimento romântico ou sexual, enquanto a última refere-se a atenção sexual indesejada, que cria um ambiente intimidador, ofensivo e hostil (Fitzgerald & Hesson-McInnis, 1989).

Pesquisas mostram que o comportamento que pode ser considerado como o assédio sexual (no mínimo, como formulado na literatura americana) existe no Brasil. Gelfand, Fitzgerald e Drasgow (1995) descobriram que universitários brasileiros e americanos não relataram diferença na real incidência de comportamentos específicos que constituem assédio sexual. Além disto, Pryor e colaboradores (1997) descobriram que 14% dos estudantes brasileiros estudados relataram que tinham “provavelmente” ou “definitivamente” sido assediados sexualmente (comparados com 0% de alemães, 3% de australianos e 5,6% de americanos). Ainda, os brasileiros tendem a ver o assédio sexual (traduzido em inglês como *sexual harassment*) mais em termos de comportamento de sedução que pode ser inócuo, ao passo que americanos, australianos e alemães vêem-no como um abuso de poder, comportamento sexual prejudicial ou discriminação baseada em gênero.

Uma outra pesquisa mostrou importantes diferenças entre universitários brasileiros e americanos que leram uma versão hipotética de um artigo de jornal sobre um professor universitário que foi acusado por uma aluna de assédio sexual (DeSouza, Pryor & Hutz, 1998). Os

maneira. Interessante também é notar que o assédio sexual romântico ter diminuído a partir dos anos 1980 em ambos os países, principalmente se comparado com o demonstrado por um professor de ensino superior. Isto é problemático porque o assédio sexual pode deixar alunas intimidadas e inseguras, não apenas por parte de professores ou colegas, mas também por parte de seus próprios pais.

Várias perspectivas teóricas tentam explicar as diferenças de percepção entre os brasileiros e os americanos, como uma forma de sedução romântica por parte dos norte americanos que vêem o assédio sexual como um problema social sério que merece atenção (DeSouza e cols., 1998). Por outro lado, a perspectiva cultural diz que a posição inferior da mulher no Brasil e no trabalho facilita o assédio sexual, enquanto nos Estados Unidos manter a dominação do homem é considerado normal (Hayes, 1997). Como há indicações de que os brasileiros são mais machistas que os norte americanos (DeSouza, 1998; Pryor e cols., 1997), não é surpreendente que os brasileiros vejam assédio sexual como algo que pode existir no Brasil, ou se existir, que não é tão sério quanto tanto para isto como os norte americanos.

Uma teoria cultural diz que os brasileiros são mais coletivistas (ou seja, que enfatizam as normas do grupo) ou individualistas (que enfatizam os direitos e autonomia do indivíduo) em comparação com os americanos (Hofstede, 1980; Triandis, 1995). Os brasileiros são ligados ao coletivismo-individualismo em uma porcentagem de grupos étnicos. Os americanos brancos (de descendência europeia) são mais individualistas nos Estados Unidos, enquanto os hispânicos, e asiáticos norte-americanos são mais coletivistas (Triandis, 1995; Veroff, 1995). Como o Brasil tem uma população majoritariamente branca, é possível que os brasileiros sejam mais coletivistas que os americanos brancos. Ligado ao coletivismo, como os brasileiros são mais coletivistas, as interações sociais de brasileiros tendem a ser mais coletivistas.

mulheres, é que o Brasil está prestando atenção ao assédio sexual.

Uma outra teoria que pode explicar as diferenças transculturais mencionadas acima é o clima da organização, como uma universidade, ou de uma parte da organização, como um departamento ou classe de aula (Fitzgerald e cols., 1997). Se o clima for tolerante a comportamento sexual, o assédio sexual aumenta. Há indicações que o Brasil é um país altamente sexualizado. Os brasileiros são extremamente gregários e constantemente invadem o espaço pessoal dos outros. Eles gostam de aproximação física. Frequentemente, tocam-se enquanto falam, ficam próximos a estranhos, abraçam-se e beijam-se quando cumprimentam colegas de trabalho e conhecidos, da mesma maneira que amigos. Tanto homens como mulheres brasileiras são mais livres ou abertos, sexualmente, nas suas conversas, como na mídia (Luft, 1995; Schreiber, 1995), do que nos Estados Unidos. Se o clima no trabalho é sexualizado e é tolerado pelo chefe, ou se o próprio chefe de trabalho se comporta sexualmente com os seus empregados, as pessoas se sentem sem poder para fazer queixas ou para deter possíveis abusos, e os assediadores se sentem livres para assediar sem medo de punição.

É necessário que se explore mais a fundo as conotações e conseqüências do que é considerado assédio sexual entre as diversas culturas. Além disto, o assédio sexual é multifacetado, com interações complexas com fatores históricos, políticos, legais e sócio-psicológicos. Uma base teórica unidimensional é, no mínimo, limitada (ex. psicologia centrada na cultura americana).

Conclusão

No decorrer deste artigo, tem sido impossível separar gênero de raça e classe. Isto assemelha-se a experiência das mulheres nos Estados Unidos, como exemplificado pelo argumento de West e Fenstermaker (1997) que “nenhuma pessoa pode conhecer gênero sem

comparados com 0,7% em 1993, enquanto os negros 47,1%, comparado com 49% (U.S. Department of State, 1997). Com a possibilidade de assédio sexual no ambiente de trabalho, as condições de trabalho estão melhorando. Contudo problemas sérios ainda persistem. A evidência a criação de um grupo interministerial pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para combater o que ele reconheceu como um sério problema brasileiro de racismo e discriminação de gênero (U.S. Department of State, 1997).

O que pode se dizer nesta análise é que a situação das mulheres está fazendo progressos, mas ainda há muitas vezes comédidos, em várias esferas da vida. A questão mostra, ao mesmo tempo, uma estagnação, funcionamento sob tensão. Não se move adiante, mas é detida por outras forças que a retêm. Vê-se, nestas áreas de atividade social, que os esforços de estagnação são atados a uma ideologia de mulher como mãe, cuidadora, a ser protegida e guardada. Como se todas as mulheres fossem do mesmo painel, em cada área social, a mesma imagem—o modelo de Maria. É uma visão holográfica, no qual cada parte contém o todo (Hecht & Baldwin, 1998). Ao não se olhar por ver todos retratos juntos pode-se perder a complexidade e clareza completa do fenômeno (ou homem) no Brasil.

A perspectiva holográfica (Hecht & Baldwin, 1998) sugere que uma intolerância particular, embora tenha um certo sabor da mesma intolerância em lugares e em tempos. Pois, provavelmente há diferenças entre o gênero no Brasil e em outras culturas. Com o tempo, por causa da articulação de diferenças também. Pode-se ver que as condições não são sempre as mesmas do que antes. O que preocupa as mulheres em outros países não são uma grande questão para as mulheres

achará pelo modelo de Maria, num jeito completamente brasileiro, ou se, por fim, teremos que avançar além do modelo, descobrindo novos arquétipos para a mulher brasileira do futuro.

Referências

- Alvarez, S. E. (1989). Politicizing gender and engendering democracy. Em S. Stepan (Org.), *Democratizing Brazil: Problems of transition and consolidation* (pp. 205-251). New York: Oxford University Press.
- Alvarez, S. E. (1990). *Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Americas Watch. (1991). *Criminal injustice: Violence against women in Brazil*. Human Rights Watch: New York.
- Arrazola, L. D. & Rocha, I. (1996). Mulher, natureza, cultura: Apontamentos para um debate. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 45-55). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Araújo, E. (1993). *O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Baca Zinn, M. (1982). Chicano men and masculinity. *Journal of Ethnic Studies*, 10, 20-44.
- Barker, G. & Loewenstein, I. (1997). Where the boys are: Attitudes related to masculinity, fatherhood, and violence toward women among low-income adolescents and young adult males in Rio de Janeiro, Brazil. *Youth & Society*, 29, 166-196.
- Berquo, E. (1989). *The demographic effects of contraception—the decline in fertility. When the patient is a woman*. Brasília, DF: National Council of Women's Rights—Ministry of Justice.
- Boff, L. (1992). *Church: Charism & power. Liberation Theology and the institutional church*. New York: Crossroad.
- Brooke, J. (1982, 02 de Janeiro). Feminism in foreign lands: Two perspectives: Macho killing in Brazil spurs protests. *Boston Globe*, A23-24.
- Burns, E. B. (1993). *A history of Brazil* (3rd ed.). New York: Columbia University Press.
- Casas, J. M., Wagenheim, R. B. & Mendoza-Romero, J. (1995). Hispanic masculinity: Myth or psychological schema meriting clinical consideration. Em A. M. Padilla (Org.), *Hispanic psychology: Critical issues in theory and research* (pp. 231-244). Thousand Oaks: Sage.
- Conniff, M. L. & McCann, F. D. (1989). Epilogue. Em M. L. Conniff & F. D. McCann (Orgs.), *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective* (pp. 265-280). Lincoln: University of Nebraska.
- da Costa, E. V. (1985). *The Brazilian empire: Myths and histories*. Chicago: University of Chicago Press.
- da Matta, R. (1979). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Del Priore, M. (1993). *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DeSouza, E. R. (1998). Comportamento humano numa vila global: Uma abordagem antropológica. *Revista Brasileira de Antropologia*, 41(1), 1-26.
- Equal Employment Opportunity Commission. (1989). *Sex discrimination because of sex*. (Sex. 74677).
- Fitzgerald, L. F., Drasgow, F. Hulin, C. L. (1995). Antecedents and consequences of sexual harassment: A test of an integrated model. *Journal of Applied Psychology*, 80, 1-14.
- Fitzgerald, L. F. & Hesson-McInnis, M. (1990). Sexual harassment: A structural analysis. *Journal of Applied Psychology*, 75, 326.
- Flight (1995). Flight to the cities: Brazil's urban violence, machismo and new urban violence.
- Foucault, M. (1978). *The history of sexuality*. New York: Random House Press.
- Freitas, M. G. M. (1996). Identidade feminina e violência: Uma construção marcada pela natureza? Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Garcia-Preto, N. (1982). Puerto Rican feminism. Em N. Pearce & J. Giordano (Orgs.), *Ethnicity and gender*. New York: Guilford Press.
- Gelfand, M. J., Fitzgerald, L. F. & Drasgow, F. (1995). Sexual harassment: A confirmatory factor analysis in three settings. *Journal of Vocational Behavior*, 46, 1-14.
- González, A. (1982). Sex-roles of the teacher: A comparison of Chicano and Anglo students. *Cultural Psychology*, 13, 330-339.
- Graham, R. (1990). *Patronage and politics in Brazil*. Stanford University Press.
- Hahner, J. E. (1990). *Emancipating the female: Women in Brazil, 1850-1940*. Durham: Duke University Press.
- Hall, M. H. & Garcia, M. A. (1989). Urban violence in Brazil. Em M. L. Conniff & F. D. McCann (Orgs.), *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective* (pp. 161-191). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Hall, S. (1992). New ethnicities. Em J. D. W. (Org.), *Culture & difference* (pp. 252-259). London: Routledge.
- Hecht, M. L. & Baldwin, J. R. (1998). Latent class analysis of prejudice. Em M. L. Hecht (Org.), *Prejudice and discrimination* (pp. 84-104). Thousand Oaks: Sage.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's consequences: Differences in work-related values between nations*. New York: McGraw-Hill.
- IBGE. (1984). *Censos demográficos e PNAD 1980*. Brasília: IBGE.
- Lara-Cantú, M. A. & Navarro-Arias, R. (1995). The role of college students in response to violence against women: other sex role items. *Journal of Cross-Cultural Research*, 26, 1-14.
- Larch, P. B. (1982). An explanation of the Umbanda cults of Porto Alegre, Brazil. *Journal of Latin American Research*, 1, 261.
- Levine, R. M. (1989). Elite perceptions of social change in Brazil. *Journal of Latin American Research*, 20, 1-14.

- Miller, C. (1979). The function of middle-class extended family networks in Brazilian urban society. Em M. Margolis & W. Carter (Orgs.), *Brazil: Anthropological perspectives* (pp. 305-316). New York: Columbia University Press.
- Mirandé, A. (1985). *The Chicano experience: An alternative perspective*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Muraro R. M. (1983). *Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil* (2^a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Muraro, R. M. (1992). *A mulher no terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nelson, S. (1996). Constructing and negotiating gender in women's police stations in Brazil. *Latin American Perspectives*, 88, 131-148.
- Neto, M. M. (1996). Relações de poder e violência contra a mulher. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 45-55). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Neuhouser, K. (1989). Sources of women's power and status among the urban poor in contemporary Brazil. *Signs*, 14, 685-702.
- Parker, R. G. (1988). *"Within four walls": The cultural construction of sexual meanings in contemporary Brazil*. Tese de Doutorado não publicada, University of California, Berkeley, Califórnia, EUA.
- Parker, R. G. (1993). "Within four walls": Brazilian sexual culture and HIV/AIDS. Em H. Daniel & R. Parker (Orgs.), *Sexuality, politics and AIDS in Brazil: In another world?* (pp. 65-84). London: Falmer.
- Patai, D. (1991). Introduction [to Women and the New Brazilian Constitution]. *Feminist Studies*, 17, 551-556.
- Pescatello, A. (1973). The *brasileira*: Images and realities in writings of Machado de Assis and Jorge Amado. Em A. Pescatello (Org.), *Female and male in Latin America: Essays* (pp. 29-58). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Pryor, J. B., DeSouza, E. R., Fitness, J., Hutz, C., Kumpf, M., Lubbert, K., Pesonen, O. & Erber, M. W. (1997). Gender differences in the interpretation of social-sexual behavior: A cross-cultural perspective on sexual harassment. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 28, 509-534.
- Rabay, G. (1996). Mulher e participação política na Paraíba. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 203-212). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Reid, P. T. (1993). Poor women in psychological research: Shut up and shout out. *Psychology of Women Quarterly*, 17, 133-150.
- Santana, J. S. S. (1996). A creche como elemento contributivo para inserção da mulher no mercado de trabalho. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 45-55). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Schreiberg, D. (1995, 09 de Outubro). Samba warni cuity provoke backlash. *Newsweek*, 52.
- Sgarbieri, A. N. (1997, Maio). *"Women -The great change"* discourse about women in the workplace and in the press. na Conferência Internacional IV na Linguagem, Ottawa, Canadá.
- Sorenson, S. B. & Siegel, J. M. (1992). Gender, ethnicity and findings from a Los Angeles study. *Journal of Social Issues*, 48, 1-14.
- Stevens, E. (1973). Machismo and marianismo. *Social Problems*, 20, 112-128.
- Tangri, S.S. & Hayes, S. M. (1997). Theories of sexual harassment. Em O'Donohue (Org.), *Sexual harassment: Theory, research, and practice* (pp. 112-128). Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Thomas, D. Q. & Beasley, M. E. (1993). Domestic violence and women's rights issue. *Human Rights Quarterly*, 15, 36-62.
- Topik, S. (1989). The Old Republic. Em M. L. C. (Orgs.), *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective*. Lincoln: University of Nebraska.
- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- UNICEF. (1990). *Situação mundial da infância*. Brasília: UNICEF.
- U.S. Department of State. (1997). *Brazil Country Report on Human Rights Practices for 1996*. Washington, DC: Bureau of Human Rights and Labor.
- Vandello, J. A. & Cohen, D. (1999). Patterns of individualism and collectivism across the United States. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 279-292.
- van den Berghe, P. L. (1967). *Race and racism: A comparative approach*. New York: John Wiley.
- Verucci, F. (1991). Women and the new Brazilian feminism. *Feminist Studies*, 17, 557-568.
- West, C. & Fenstermaker, S. (1997). Doing difference. Em G. Rabay (Org.), *Women, men and gender: Ongoing debates* (pp. 1-14). Yale University Press.
- World's women. (1995). *World's women*. New York: United Nations.